

CASA
FLUMINENSE

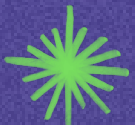
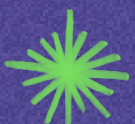
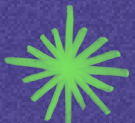
JUVENTUDE POPULAR

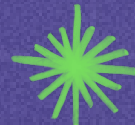
nas universidades

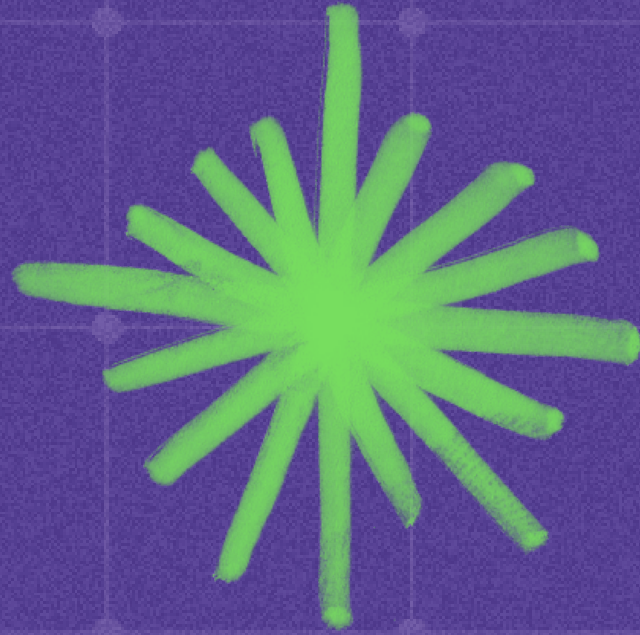
Das políticas de acesso às estratégias
dos pré-vestibulares populares na
Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Sumário

	APRESENTAÇÃO	3
	POR QUE UM PROGRAMA COMO O JUVENTUDE POPULAR NAS UNIVERSIDADES?.....	4
	LUTAS E CONQUISTAS: Uma breve história dos pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro..	5
	MAS O QUE SÃO POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS?	
	> A Lei de Cotas para o Ensino Superior	
	> Programa Universidade para Todos (Prouni)	
	> Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	
	> Políticas públicas de educação para relações étnico-raciais (Erer)	
	> Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)	
	JUVENTUDE POPULAR NAS UNIVERSIDADES: Um programa de filantropia para pré-vestibulares populares da Casa Fluminense	10

	GUIA JUVENTUDE POPULAR NAS UNIVERSIDADES: As estratégias de pré-vestibulares comunitários do Rio Metropolitano	16
	> Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós	
	> Pré-Vestibular Gente Formando Gente	
	> Pré-Vestibular Social Maria Madalena	
	> Pré-Vestibular Comunitário Solano Trindade	
	> Pré-Vestibular Comunitário Ampara (Amigos do Paraíso)	
	> Pré-Vestibular Comunitário Enraizados	
	> Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)	
	> Santa Cruz Universitário	
	> Pré-Vestibular Popular Akari	
	> Núcleo Educacional Popular Antirracista (Nepan)	
	PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	28



1 APRE SEN TACÃO



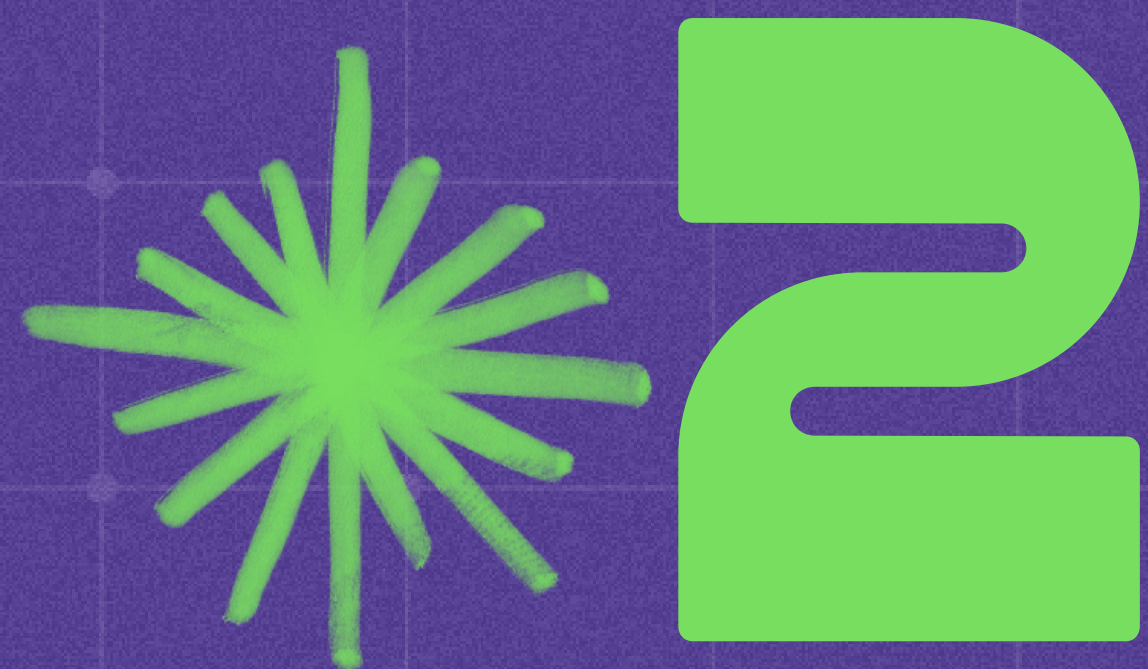
A Casa Fluminense nasceu com o compromisso de contribuir para a redução das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Acreditamos que a educação é um dos caminhos centrais para construirmos cidades mais justas, principalmente em um país onde, historicamente, o seu acesso foi negado e vem sendo dificultado às populações negras e indígenas.

Promover a inclusão e a permanência dessas populações no ensino superior segue sendo um desafio, mas é também parte de um projeto político de justiça social e uma forma concreta de romper ciclos históricos de exclusão e assimetrias sociais que se perpetuam entre gerações, limitando oportunidades e restringindo o acesso a direitos básicos

Pautar e discutir ações para ampliar o acesso à educação superior exige um olhar interseccional, que considere as dimensões de classe social, gênero e raça que estruturam as desigualdades. Não à toa, na base dessa construção está a forte articulação dos movimentos sociais — especialmente do movimento negro e de movimentos ligados à Igreja Católica —, que foram pioneiros, no final dos anos 80 e início dos anos 1990, na criação de pré-vestibulares comunitários, promovendo educação popular e abrindo as portas das universidades para a juventude negra de favelas e periferias.

Alinhados à esta agenda política e reconhecendo os pré-vestibulares comunitários, sociais ou populares como uma tecnologia social, o projeto **Juventude Popular nas Universidades** surgiu como uma iniciativa do Fundo Casa Fluminense para fortalecer os pré-vestibulares sociais e comunitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A proposta oferece suporte financeiro e promove o compartilhamento de estratégias de gestão e mobilização de voluntários, contribuindo para que os pré-vestibulares sigam cumprindo sua missão: **inserir pessoas negras, periféricas e oriundas de escolas públicas no ensino superior.**





POR QUE UM PROGRAMA COMO O JUVENTUDE POPULAR NAS UNIVERSIDADES?

Ao longo de cinco anos de existência, o **Juventude Popular nas Universidades** acompanhou de perto histórias inspiradoras e formou uma rede de educadoras e educadores que compartilham suas experiências, metodologias e aprendizados. Acreditando na potência do fazer dessas organizações, surgiu a ideia deste relatório para contextualizar as políticas de ações afirmativas e de educação para relações étnico-raciais, narrar a contribuição histórica dos movimentos na criação dos prés como tecnologia social, além de **sistematizar e difundir as práticas e saberes** forjados no dia a dia pelos pré-vestibulares populares que integram o projeto em um guia de estratégias.

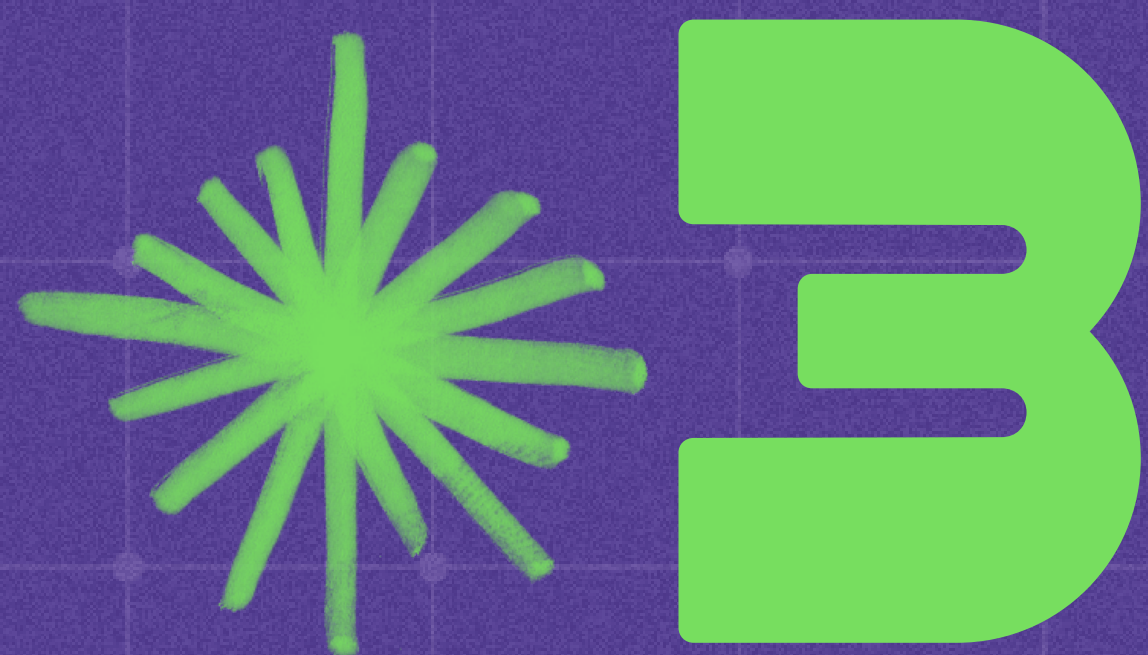
Aqui, reunimos conhecimentos que se constituem como verdadeiras estratégias de resiliência diante dos muitos desafios presentes em contextos favelados e periféricos, estratégias que continuam abrindo portas para que uma juventude historicamente privada de direitos básicos possa acessar, ocupar e transformar o espaço universitário.

Isso, por si só, já seria revolucionário. Mas os espaços de pré-vestibulares populares vão mais longe ao se proporem a articular os conteúdos curriculares exigidos nos exames com processos de formação cidadã e emancipadora, ampliando possibilidades de outros futuros que extrapolam os limites de uma sala de aula.

É uma prática que parte da ideia de que **educar é um ato político** e que, portanto, a educação de jovens e adultos negros e periféricos que estão em busca de uma vaga na universidade é uma estratégia de transformação social para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, o relatório Juventude Popular nas Universidades **trata-se de um esforço para contribuir com a luta pela manutenção e continuidade dessas iniciativas**, que, na maioria das vezes, mesmo sem recursos, são fundamentais para que a população dos territórios onde atuam possa alcançar o sonho do ensino superior e romper ciclos de desigualdades. **Nosso objetivo é inspirar e fortalecer outras organizações de educação popular, para que sigam acreditando na potência transformadora da educação.** Bem como nos diz Paulo Freire: “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

— Boa leitura!



LUTAS E CONQUISTAS: UMA BREVE HISTÓRIA DOS PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

1986

Nasce o Universidade
para Trabalhadores

↑ Cidade Universitária

1992

É criada a Associação
Mangueira Vestibulares

↑ Favela da Mangueira

1993

Surge o PVNC na
Baixada Fluminense

↑ São João de Meriti

No Brasil, em seus diferentes períodos históricos, mesmo no pós-abolição, a população negra e indígena foi excluída do acesso à educação escolar e, principalmente, à educação superior, que chegou ao país com o exclusivo e único objetivo de atender aos interesses das classes dominantes do período colonial. Frente a esse legado de mais de 350 anos de escravidão no país, as populações negra e indígena protagonizaram, ao longo dos séculos, diversas lutas pelo direito à educação.

Lutas estas que pautaram inclusive o período de redemocratização do Brasil, entre o final da década de 80 e início da década de 90. Nesse momento histórico, o engajamento pelo direito à universalização da educação para as pessoas negras, indígenas e vulnerabilizadas socialmente ganhou amplitude nacional. Essas movimentações políticas intensas e estratégicas da sociedade civil ocorreram, em grande parte, porque se abriram maiores possibilidades de participação social nas transformações estruturais do país e na reconstrução dos direitos sociais e civis, que haviam sido negados à população durante o período dos governos ditatoriais-militares.

Após o longo processo de redemocratização do país que, embora tenha restabelecido a democracia e trazido importantes avanços sociais com a Constituição de 1988, ainda convivia com profundas desigualdades, os pré-vestibulares comunitários, também chamados de populares ou sociais ganharam mais força e relevância política frente ao estado crítico que a educação pública estava naquele momento. E é no estado do Rio de Janeiro que surgem alguns dos protagonistas dessa luta.

Ainda em 1986, a Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro criou o Universidade para Trabalhadores, um projeto de curso pré-vestibular direcionado a funcionários da UFRJ, mas que também era aberto a trabalhadores sindicalizados e moradores de comunidades populares.

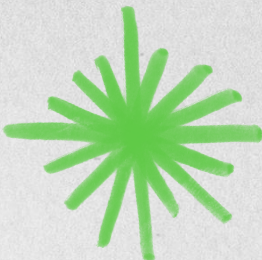
Em 1992, na favela da Mangueira, no Rio de Janeiro, foi criada a Associação Mangueira Vestibulares, um pré-vestibular comunitário organizado por professores e estudantes de um colégio estadual próximo à comunidade. Seu objetivo era preparar os jovens do território para os exames por meio de uma educação emancipatória, ao mesmo tempo em que buscava formar e fortalecer lideranças comunitárias. Esse exemplo revela como, historicamente, **o território, os vínculos comunitários e a participação coletiva ocupam papel central na trajetória e na relevância dos pré-vestibulares populares.**¹

Já em 1993, surge em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, o primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Formado por professores de ensino médio e militantes de grupos católicos, como os Agentes de Pastoral Negros (APN) e o Grupo de Reflexão sobre Negros e Indígenas (Greni), o PVNC nasceu de uma realidade em que, por um lado, a péssima qualidade do ensino médio na região dificultava o acesso da juventude local às universidades, o que, por sua vez, refletia no corpo discente das instituições, marcado pela presença quase inexistente de estudantes negros naquele período.

Logo em seu primeiro ano de atuação, o PVNC alcançou um resultado expressivo: a aprovação de 34% dos estudantes nos vestibulares da UERJ, UFRJ, UFF e PUC-Rio. A dimensão dessa conquista rapidamente inspirou a criação de novos núcleos do PVNC e a multiplicação de outras experiências semelhantes por toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Justino, 2002).²

Essas iniciativas, criadas a partir de articulações entre movimentos católicos e o movimento negro, constituíram a gênese de um movimento ampliado de cursos pré-vestibulares, pioneiros não apenas na luta pela universalização do acesso à educação superior, mas

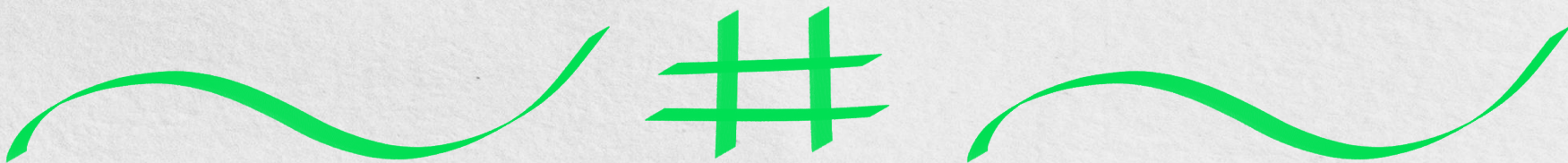
também na construção e conquista de **políticas de ações afirmativas educacionais**, como a Lei de Cotas, a Lei de Ensino e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).



Mas o que são políticas de ações afirmativas?

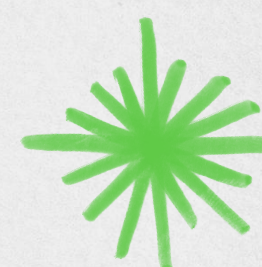
As políticas afirmativas são políticas públicas (mas também podem ser iniciativas privadas) que têm como finalidade **garantir a equidade e reparar os efeitos das diversas desigualdades e discriminações raciais, capacitistas, machistas, classistas e territoriais**. Elas devem buscar não apenas enfrentar os impactos diretos dessas violações de direitos, mas também seus fundamentos históricos, sociais, culturais e políticos, que tornam essas desigualdades estruturais e estruturantes em nosso país. Ou seja, as políticas de ações afirmativas são criadas com o objetivo de **concretizar o princípio da igualdade da democracia brasileira**.

E, nesse sentido, é impossível negar os efeitos de séculos de escravidão e de um pós-abolição que abandonou, excluiu e perseguiu a população negra recém-liberta, reverberando em desigualdades que atravessam gerações. No campo da educação pública, as políticas de ações afirmativas implementadas no sistema educacional brasileiro — fruto de lutas históricas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro e dos pré-vestibulares comunitários — constituem instrumentos fundamentais para reparar esse legado escravocrata. Essas políticas representaram uma ruptura com a lógica excludente que marcou por décadas o acesso ao ensino superior, abrindo caminhos concretos para que jovens negros e das camadas populares pudessem ocupar a universidade e transformar suas realidades.



¹ BARROUIN, André Werneck. Juventude e política: o pré-vestibular comunitário enquanto espaço de subjetivação. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 31.

² JUSTINO, Diogo; DAVID, Manuel. Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil: o movimento negro e a luta pela democratização das universidades. Programa Regional de Becas CLACSO, 2002.



Conheça as principais políticas de ações afirmativas educacionais do Brasil:

A Lei de Cotas para o Ensino Superior

A Lei de Cotas representa o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, do acesso desigual de negros, indígenas e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica oriundos de escolas públicas ao ensino superior. Trata-se, portanto, da afirmação da importância de uma reserva de vagas para essas populações, como forma de promover uma **recomposição racial e social nas instituições universitárias do país**.³

As primeiras propostas de cotas raciais surgiram ainda nas décadas de 1980 e 1990, mesmo período em que os pré-vestibulares comunitários ganharam força no país, apresentadas por parlamentares que lutavam contra o racismo no Brasil, como Abdias Nascimento, Moacyr Franco e Benedita da Silva. A primeira experiência efetiva de um sistema de cotas, que serviu de inspiração para a implementação em outras universidades e para a criação da Lei de Cotas, foi realizada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), após a aprovação de uma lei pela Assembleia Legislativa do Estado em 2001. Ao adotar essa política pioneira, a UERJ tornou-se referência nacional e inaugurou um caminho que viria a transformar profundamente o acesso ao ensino superior no Brasil.

No entanto, a adoção das cotas em nível nacional só ocorreu mais de dez anos depois, em 2012, após forte pressão do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres Negras e de movimentos de pré-vestibulares comunitários, como o PVNC e a Educafro Brasil. O texto da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), aprovado durante o governo da então presidenta Dilma Rousseff, **tornou obrigatória a reserva de parte das vagas em todas as instituições federais de ensino superior para estudantes negros, indígenas, de baixa renda e oriundos de escolas públicas**.

³ NASCIMENTO, Alexandre do. O movimento dos cursos pré-vestibulares para negros e a política de cotas nas instituições de ensino superior. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 3, 2012.

2013 → *Lei de Cotas entra em vigor*

2018 → *Seis anos depois, número de negros matriculados supera o de brancos*

2023 → *Dez anos depois, a quantidade de pretos, pardos e indígenas matriculados é 3x maior*

Em 2018, após seis anos de vigência da lei, a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil divulgada pelo IBGE revelou que, pela primeira vez, **o número de estudantes negros nas universidades da rede pública do país foi maior do que o de brancos**. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, em um período de dez anos (2013 a 2023), **o número de matrículas de estudantes pretos, pardos e indígenas em cursos de graduação da rede pública quase triplicou**. Já a pesquisa de 2024 aponta que **mais de 230 mil estudantes ingressaram em cursos de graduação da rede federal por meio de algum tipo de programa de reserva de vagas**.

Esses números evidenciam não apenas os avanços proporcionados pela Lei de Cotas, mas também a importância de medidas que visem a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Contudo, o enfrentamento das desigualdades vividas por esses estudantes exige transformações que vão muito além do acesso à universidade.

Programa Universidade para Todos (Prouni)

O Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma política pública criada em 2004, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e instituída pela Lei nº 11.096/2005. Seu objetivo é democratizar o acesso ao ensino superior, oferecendo bolsas integrais e parciais em instituições privadas para estudantes de baixa renda. A iniciativa, coordenada pelo Ministério da Educação, integra um conjunto de ações voltadas à inclusão social e à ampliação do ingresso nas universidades.

O funcionamento do programa se dá por meio de um mecanismo de isenção fiscal: as instituições privadas que aderem ao Prouni oferecem bolsas de estudo e, em contrapartida, recebem isenção de determinados tributos federais, como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Estudos indicam que, em 20 anos de existência, o programa já viabilizou a formação de cerca de **3,5 milhões de estudantes em todo o país**, dos quais 73% receberam bolsas integrais e 27% bolsas parciais.

Ainda assim, a taxa de evasão entre os bolsistas parciais é superior à dos que recebem bolsas integrais. Essa disparidade evidencia as lacunas entre as políticas de acesso e de permanência no ensino superior, reforçando a necessidade de que o poder público invista na trajetória estudantil como um todo, desde o ingresso até a conclusão da graduação.

Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa federal criado para ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior em instituições privadas. O governo financia parte ou a totalidade das mensalidades, e o estudante só começa a pagar após a graduação, de forma proporcional à sua renda.

O FIES surgiu em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, substituindo o antigo Programa de Crédito Educativo (Creduc). Foi oficialmente instituído pela Lei nº 10.260/2001, com o objetivo de tornar o ensino superior mais acessível a quem não podia arcar com os custos da graduação.

A partir de 2010, durante o governo Lula, o programa passou por mudanças importantes: redução das taxas de juros, ampliação do prazo de quitação (podendo chegar a até três vezes a duração do curso) e transferência da operação da Caixa Econômica Federal para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), tornando o financiamento mais justo e acessível, principalmente para os estudantes de baixa renda.

Atualmente, o FIES oferece **juros reais zero** para estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos, permitindo o ingresso na universidade sem arcar imedia-

tamente com as mensalidades. Durante o curso, o aluno paga apenas uma pequena coparticipação mensal e, após a graduação, inicia o pagamento do saldo devedor de acordo com sua situação financeira, sendo devido apenas um valor simbólico em caso de desemprego.

Para participar, o candidato precisa ter feito o Enem (a partir de 2010), obtido média mínima de 450 pontos nas provas e nota acima de zero na redação, além de comprovar renda familiar mensal bruta de até três salários mínimos por pessoa.

Em 2024, o governo lançou o FIES Social, uma modalidade voltada especificamente para estudantes de baixa renda, oferecendo financiamento de até 100% das mensalidades em instituições privadas. O programa visa ampliar ainda mais o acesso ao ensino superior para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Políticas públicas de educação para relações étnico-raciais (Erer)

Uma das principais reivindicações do movimento negro e do movimento indígena sempre foi o reconhecimento de que o racismo deve ser enfrentado em diversas frentes e uma delas é o sistema educacional, considerando que, muitas vezes, a escola pode ser um instrumento colonizador. Parte dessa luta envolve **resgatar e reconhecer o papel histórico da população negra e indígena na formação do país**, rompendo com uma narrativa escolar que por muito tempo invisibilizou suas contribuições, resistências e protagonismo.

Nesse sentido, ainda em 1984, entidades do movimento negro na Bahia elaboraram um documento solicitando a inclusão da disciplina “Introdução aos Estudos Africanos” nas escolas da rede estadual. No ano seguinte, a Secretaria de Educação da Bahia atendeu à demanda e, por meio da Portaria nº 6.068/1985, determinou a inserção da disciplina no currículo do ensino fundamental e médio.

Entretanto, foi somente em 2003, com a promulgação da **Lei no 10.639**, que essa pauta alcançou o nível nacional, tornando obrigatório o **ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país**. Com o objetivo de resgatar e reconhecer a contribuição do povo negro na construção histórica do Brasil, o texto legal altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo que o conteúdo programático

de todos os segmentos do ensino deveriam incluir o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o papel do negro na formação da sociedade nacional.

Em 2008, após intensas reivindicações do movimento indígena, a legislação foi ampliada pela **Lei no 11.645**, que passou a incluir também a **obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas brasileiros**. Essa ampliação consolidou um marco importante na construção de uma educação mais plural, crítica e comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial que constitui o Brasil.

A legislação tem um papel essencial na promoção de uma **educação antirracista**, que não se limita a incluir novos conteúdos e propõe uma transformação nas formas de pensar, ensinar e conviver. Nesse sentido, são essas leis que orientam a chamada educação para relações étnico-raciais e ressignificam o papel da escola para as populações negras e indígenas.

Entretanto, a implementação da Lei no 10.639/2003, posteriormente modificada pela Lei no 11.645/2008, ocorreu sem mecanismos efetivos de fiscalização ou monitoramento. Diante disso, uma das metas da recém-lançada **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)** — que tem como objetivo “implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola” — é justamente estruturar um sistema de metas e monitoramento, garantindo que a política seja de fato implementada de maneira efetiva e contínua.

Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)

A [Política Nacional de Assistência Estudantil \(Pnaes\)](#) foi criada para garantir que estudantes das universidades e institutos federais tenham condições reais de permanecer no ensino superior, especialmente aqueles de baixa renda e oriundos de escolas públicas.

A proposta surgiu em 2007, com o Plano Nacional de Assistência Estudantil e foi institucionalizada em 2010 por meio do Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho. O Pnaes

organizava ações voltadas à moradia, alimentação, transporte e outros apoios financeiros, mas não previa recursos orçamentários fixos nem a padronização dessas ações entre as instituições.⁴

Diante dessa limitação, movimentos estudantis e entidades de ensino, como a [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior \(Andifes\)](#) e o [Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis \(Fonaprace\)](#), passaram a mobilizar esforços para transformar o decreto em lei. Pesquisas realizadas por essas entidades — como a [I e II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes](#) das IFES (1997 e 2004) — evidenciaram a diversificação do perfil estudantil nas universidades federais e reforçaram a necessidade urgente de políticas de acesso e permanência mais estruturadas.

No dia 3 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.914/2024, que institui oficialmente a [Política Nacional de Assistência Estudantil \(Pnaes/2024\)](#). A aprovação da lei representa um avanço significativo, ao conferir segurança jurídica à assistência estudantil e reconhecer a permanência como parte essencial do direito à educação pública.

A política é implementada pelo MEC, por meio das secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e pode ser estendida a estudantes de mestrado e doutorado presenciais, bem como a alunos de instituições públicas estaduais, municipais e distritais, mediante convênios.

A nova legislação organiza a assistência estudantil em dez programas principais. Entre eles estão:

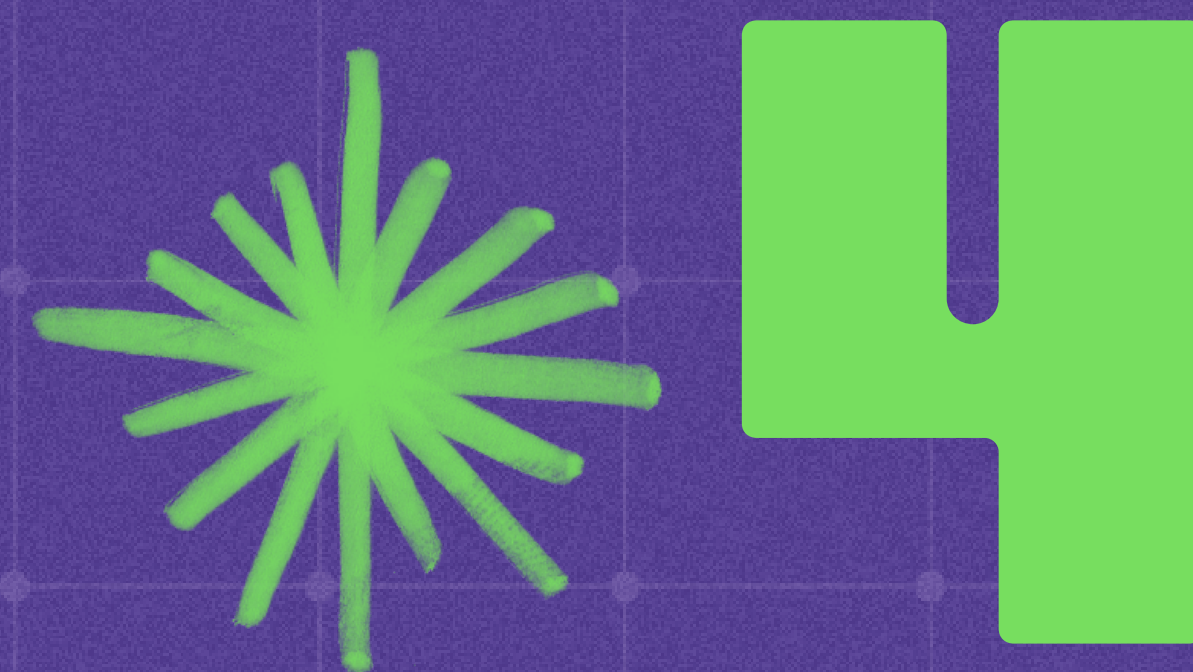
- ✓ **Programa de Assistência Estudantil (PAE)** — que reúne ações de alimentação, moradia, transporte e acompanhamento pedagógico;
- ✓ **Programa de Bolsa Permanência (PBP)** — que garante apoio financeiro a estudantes em vulnerabilidade;

4BORSATO, Francieli Piva; MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach; ALVES, Franciele Koehler; MONTEIRO, Valeria Aparecida. Política Nacional de Assistência Estudantil agora é lei: reflexões preliminares acerca da assistência estudantil a partir da promulgação da Lei 14.914/2024. Artigo apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social no eixo Política Social e Serviço Social — Política de Educação, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03923.pdf>.

e outros voltados à alimentação saudável, moradia estudantil, transporte, saúde mental, acessibilidade e acolhimento parental.

Além disso, a lei institui o Benefício Permanência na Educação Superior, voltado a famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico, e determina que todas as ações da Pnaes estejam integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, reforçando seu caráter formativo e social.

Apesar de representar um avanço histórico, a lei ainda apresenta desafios importantes, especialmente quanto à garantia de orçamento contínuo e à definição das equipes multiprofissionais responsáveis pela execução dos programas. Mesmo com essas lacunas, a Pnaes simboliza a consolidação de mais de duas décadas de luta por uma educação pública inclusiva, que assegure não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e a conclusão dos estudos no ensino superior.



JUVENTUDE POPULAR NAS UNIVERSIDADES: UM PROGRAMA DE FILANTROPIA PARA PRÉ-VESTIBULARES POPULARES DA CASA FLUMINENSE

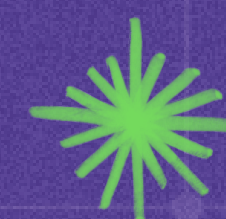
Mais de três décadas depois de ganharem força entre os anos de 1980 e 1990, mesmo diante das grandes conquistas alcançadas, os cursos pré-vestibulares populares continuam sendo fundamentais para democratizar o acesso às universidades e assegurar que cada vez mais jovens negros e periféricos tenham essa oportunidade. O Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ) — em sua própria definição, é “uma frente autônoma e independente, que reúne pré-vestibulares comunitários, sociais e populares de todo o estado do Rio de Janeiro” — mapeou recentemente **mais de 90 cursos apenas na Região Metropolitana**, concentrados sobretudo na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da capital.

A presença significativa dos cursos nesses territórios evidencia a permanência das lacunas da educação básica da rede pública municipal e estadual que, por sua vez, potencializam as desigualdades no acesso ao ensino superior e reforçam a urgência de políticas públicas que reconheçam, apoiem e fortaleçam o papel estratégico dos pré-vestibulares populares.

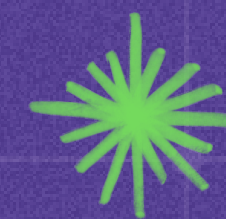
Reconhecendo a relevância estratégica dessas iniciativas, a Casa Fluminense identificou a necessidade de desenvolver um programa de filantropia voltado especificamente para o fortalecimento de pré-vestibulares populares. Em 2019, a Casa realizou uma primeira aproximação com essas iniciativas, por meio da seleção de três cursos que foram fundamentais para o processo de elaboração da estrutura de uma nova linha de apoio do Fundo Casa Fluminense.

Assim, como uma nova linha de apoio do Fundo Casa Fluminense, nasceu o **Programa Juventude Popular nas Universidades**, que desde 2020 oferece não apenas apoio financeiro, mas também suporte técnico e institucional — um tripé fundamental para garantir a sustentabilidade e o impacto das ações.

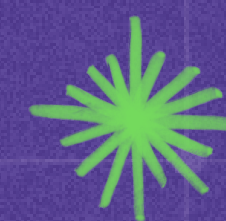
Com base nessa estrutura, o programa tem como objetivos:



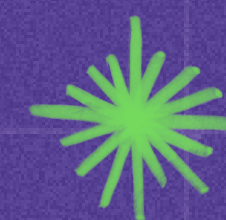
viabilizar a execução das atividades, aquisição de materiais e manutenção das equipes;



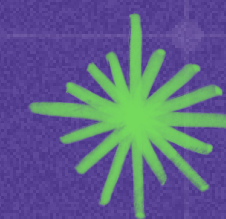
promover espaços de trocas de experiências;



oferecer um percurso formativo com oficinas de gestão, mobilização e comunicação;



acompanhar individualmente cada curso participante para identificar desafios e construir soluções;



promover articulações em rede, ampliando a capacidade de incidência em espaços de decisão.

Ao longo desses cinco anos o
**Programa Juventude Popular nas
Universidades** já apoiou diretamente:

 **17** CURSOS
PRÉ-VESTIBULARES

 **14** TERRITÓRIOS
ALCANÇADOS

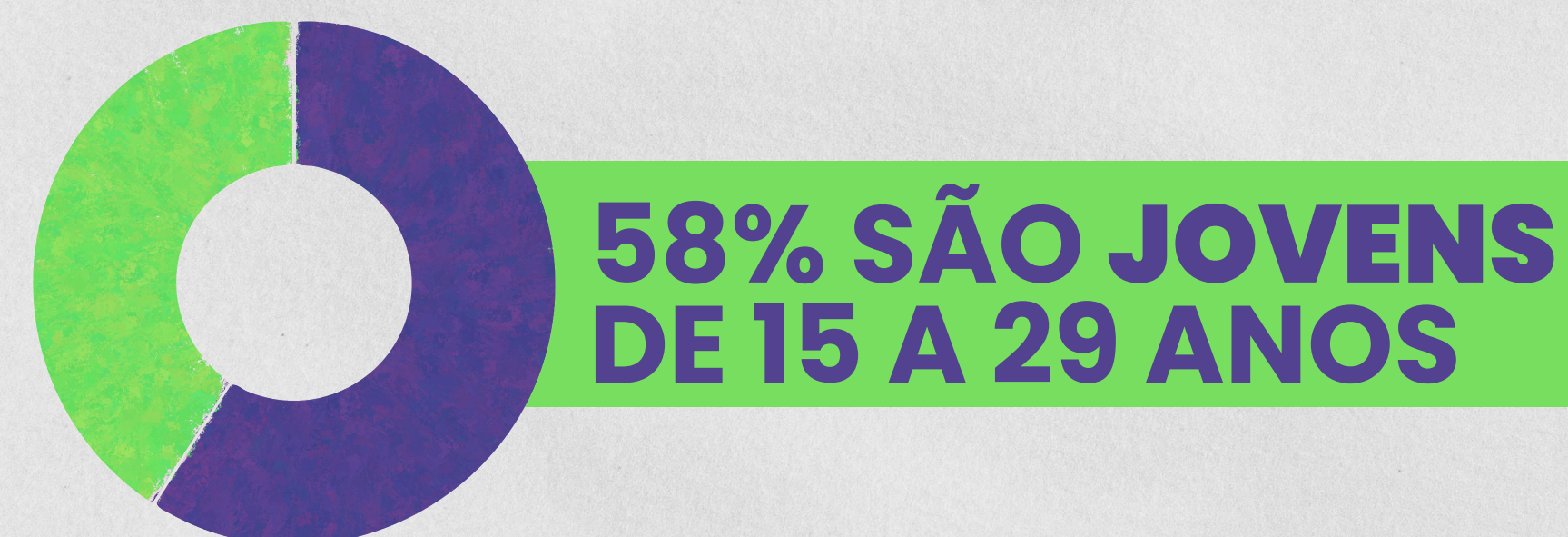
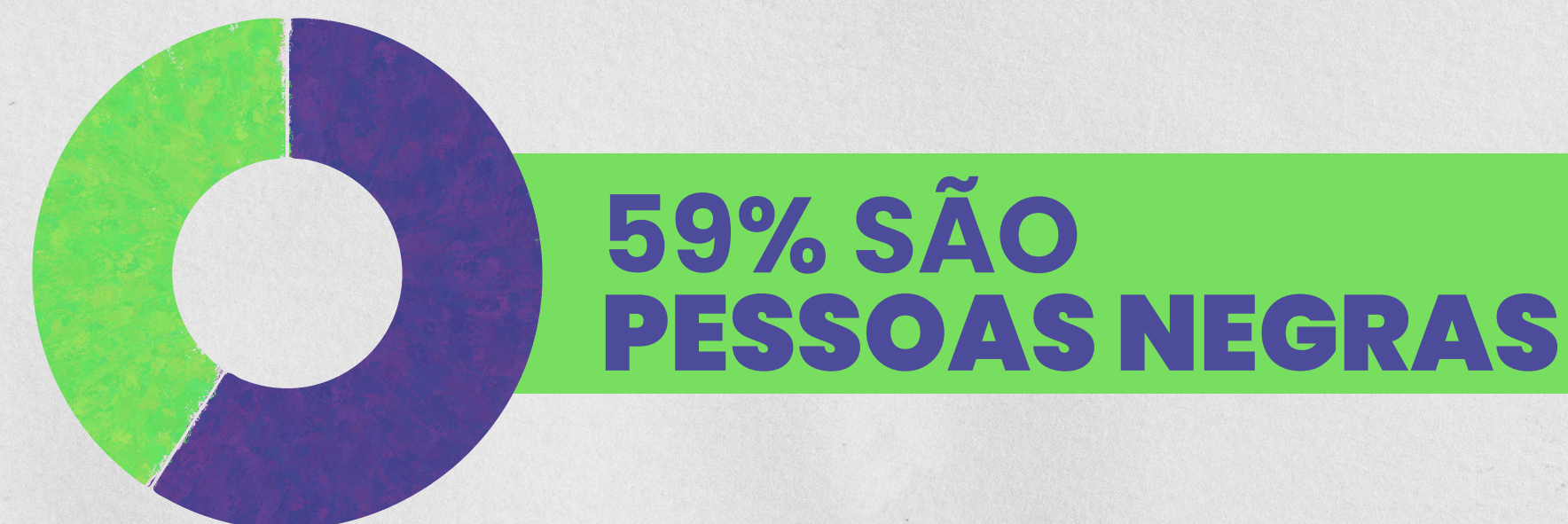
 **7** EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO
DE JANEIRO (RMRJ)

Veja o panorama de cinco anos do
Programa Juventude Popular nas Universidades:

+900 voluntários envolvidos
+1.780 alunos atendidos
+340 aprovações

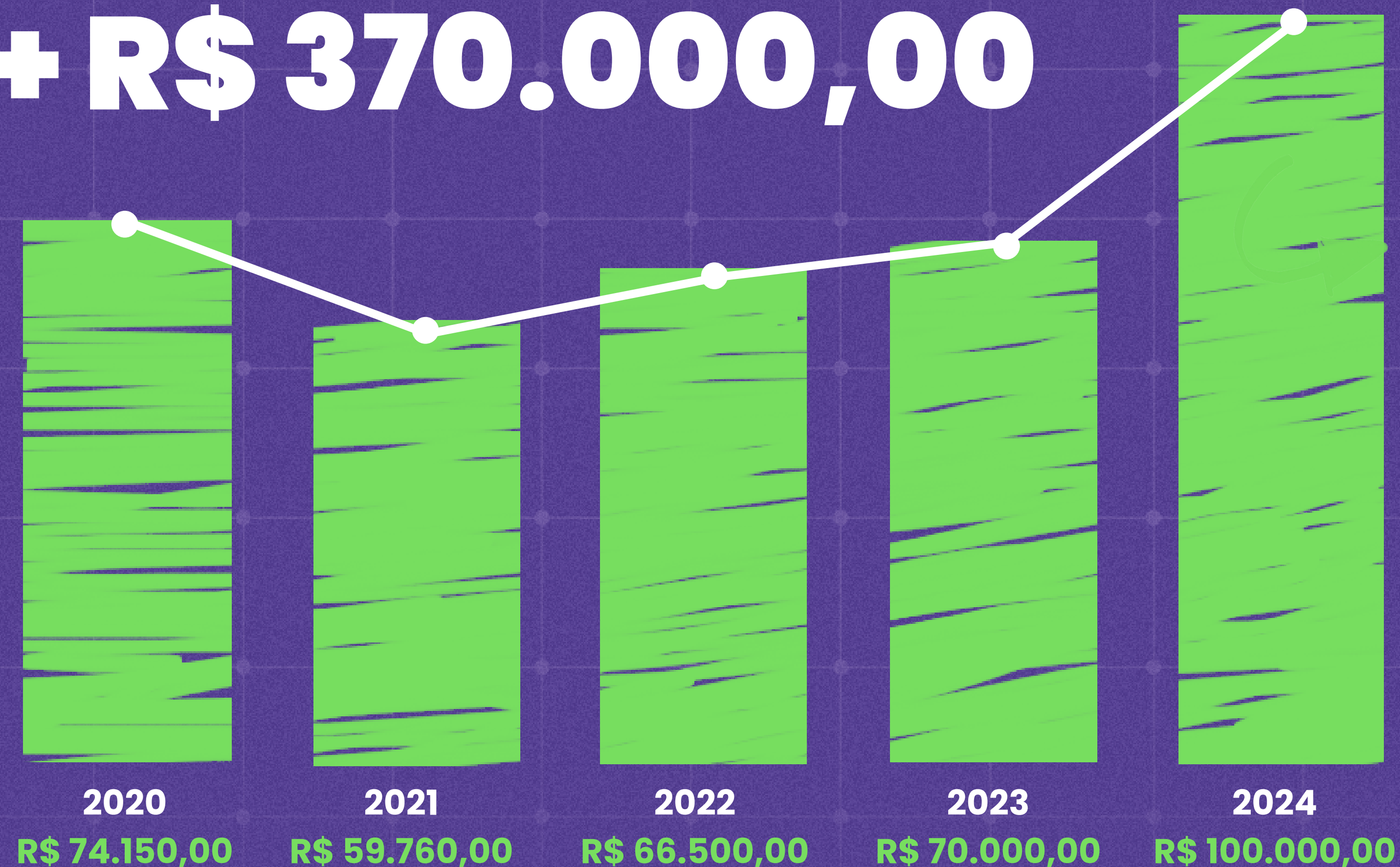
Veja o perfil dos integrantes

*(coordenadores, professores e demais profissionais
da educação) dos pré-vestibulares populares que
atualmente fazem parte do programa:*



Esse recurso é utilizado principalmente para: compra e manutenção de equipamentos; pagamento de contas de luz, água e internet; ajuda de custo para alunos e professores; pagamento de taxas de provas; apoio com transporte e alimentação.

Recurso mobilizado em cinco anos: **+ R\$ 370.000,00**



Oito dos dez
pré-vestibulares
apoiados em 2025
não possuem CNPJ

Nessa trajetória, foram construídas importantes ações coletivas, conheça algumas delas:

→ Campanha Adia Enem

No mesmo ano de criação do programa, em 2020, a educação enfrentou uma de suas maiores crises, causada pela pandemia de covid-19. Diante da perda de renda das famílias e da insegurança alimentar que atingia as populações de baixa renda, todos os pré-vestibulares vinculados ao programa precisaram organizar **ações emergenciais** para garantir que as famílias dos estudantes e das comunidades do entorno recebessem cestas básicas e kits de higiene.

Com a suspensão das aulas presenciais, surgiu outro grande desafio: a adoção do ensino remoto. A maioria dos estudantes não possuía computador em casa e enfrentava dificuldades de acesso à internet. O Infográfico da Desigualdade – Série Covid, elaborado pela Casa Fluminense, revelou que, em 2018, **32% dos inscritos no Enem da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não tinham computador em casa**. A repercussão e o impacto desses dados foram tão grandes que o estudo chegou a ser tema de uma matéria exibida no Jornal Nacional.

Esse movimento deu ainda mais impulso à **mobilização nacional pelo adiamento do Enem**, sustentada pelo argumento de que manter o cronograma significaria, para muitos estudantes, a exclusão e a negação de oportunidades, aprofundando ainda mais as desigualdades educacionais. Como parte dessa articulação, a Casa Fluminense, em parceria com o Santa Cruz Universitário, o PVC Nós por Nós e o PVNC Vila Operária, escreveu um artigo publicado na coluna PerifaConnection, do jornal Folha de S.Paulo.

Após forte pressão das redes de educação popular e demais movimentos sociais, mesmo contrariado, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o adiamento do exame para janeiro do ano seguinte.

Leia aqui o artigo na íntegra.



→ Carta Pública dos Pré-Vestibulares do Projeto Juventude Popular nas Universidades

O documento, direcionado a gestores públicos e à sociedade em geral, destaca os principais desafios enfrentados pelos cursos – acentuados com a pandemia da covid-19 e denuncia o desmonte que a educação pública vem sofrendo ao longo dos últimos anos. O texto ainda reforça a necessidade de maior atenção e reconhecimento a essas iniciativas e apresenta um caminho para isso por meio de um **conjunto de medidas práticas** a serem adotadas tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil.

→ Edital CPOP

A Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), uma iniciativa do MEC, foi criada pelo Decreto no 12.410, de 13 de março de 2025, que regulamenta o **Programa Diversidade na Universidade**. A rede surge para responder a uma demanda histórica dos movimentos de educação popular, que há décadas atuam de forma voluntária e autônoma para garantir que jovens de territórios periféricos, negros, indígenas e estudantes da rede pública tenham a oportunidade de ingressar na universidade. Seus principais objetivos são:

- retomar o interesse dos jovens brasileiros pelo Enem;
- elaborar orientações pedagógicas direcionadas ao Enem;
- estimular o protagonismo estudantil;
- ampliar o número de aprovações de alunos de escolas públicas em instituições públicas de ensino superior.

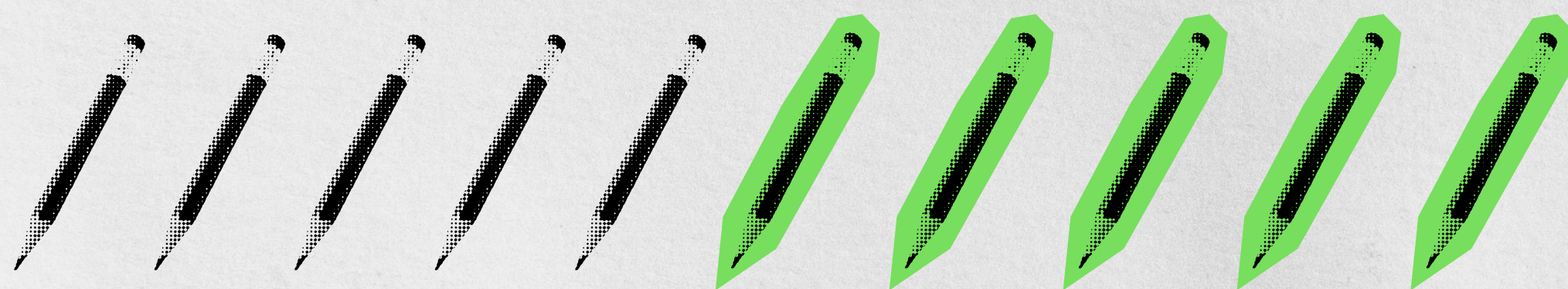
Este ano, além do suporte técnico, a rede ofereceu recurso financeiro aos pré-vestibulares pelo [edital de chamada pública](#) realizado pela Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização

de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC. Puderam participar cursos populares formalmente instituídos e cursos populares informais, por meio de instituições operadoras. Os proponentes, no ato da inscrição da proposta, deveriam apresentar, entre outros itens, uma declaração de gratuidade do curso e o caráter voluntário do trabalho de seus professores e coordenadores. Cada proposta poderá receber até R\$ 163.200,00, que deverão ser destinados para:

- auxílio permanência de estudantes no valor de R\$ 200,00 mensais;
- auxílio financeiro para atividades técnicas e administrativas no valor de R\$ 6.000,00;
- concessão de auxílio financeiro ao trabalho de professores;
- concessão de auxílio financeiro ao trabalho de coordenadores.

O MEC recebeu 472 propostas de todas as regiões do país e selecionou 384 cursos pré-vestibulares populares, o triplo do que havia sido previsto inicialmente.

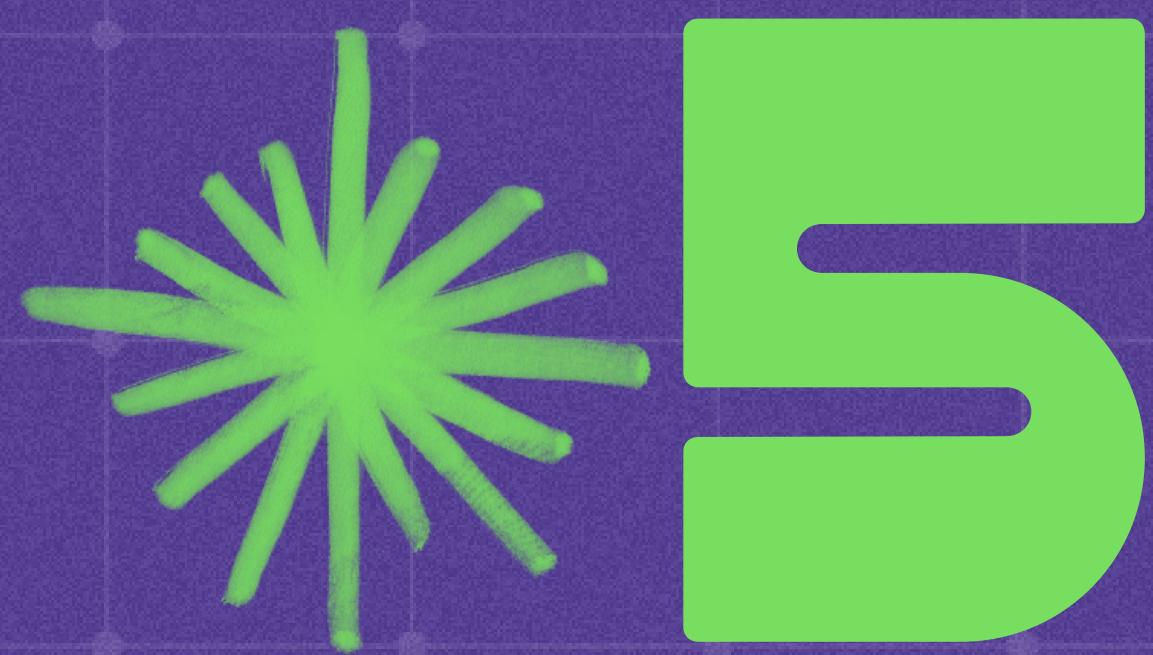
*Entre eles, **cinco dos dez cursos** apoiados pelo Juventude Popular nas Universidades foram contemplados pelo edital:*



- Pré-Vestibular Social Gente Formando Gente;
- Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós;
- Núcleo Educacional Popular e Antirracista (Nepan);
- Pré-Vestibular Popular Akari;
- Pré-Vestibular Comunitário Solano Trindade.

A Casa Fluminense atuou como instituição operadora apoiando cada projeto em todo o processo de inscrição. Essa conquista representa um marco importante para os pré-vestibulares populares e reafirma a potência da articulação da sociedade civil com o poder público.

Contudo, o edital também revela limitações e desafios estruturais. O curto período de vigência de apenas sete meses, a burocracia nos formulários de inscrição, as exigências administrativas e o orçamento restrito tornam o apoio ainda frágil diante da complexidade do trabalho desenvolvido pelos cursos, sobretudo em territórios de favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



GUIA JUVENTUDE POPULAR NAS UNIVERSIDADES: AS ESTRATÉGIAS DE PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS DO RIO METROPOLITANO

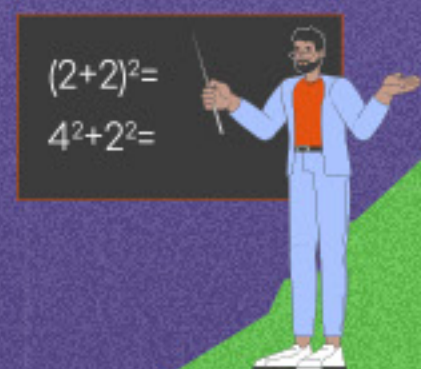


Ao longo da trajetória do Programa Juventude Popular na Universidade, foi possível acompanhar de perto a luta diária para manter os cursos funcionando, apesar das inúmeras adversidades. Coordenadores, professores e estudantes enfrentam desde a insegurança alimentar e a falta de recursos para custear taxas de inscrição em exames, até a evasão motivada por diferentes fatores, a dificuldade em mobilizar voluntários e a carência de infraestrutura adequada. A isso se somam as vulnerabilidades dos territórios, marcadas por enchentes recorrentes e pela violência de Estado e de grupos armados, problemas estruturais que atravessam a metrópole fluminense.

Frente a essas adversidades, os pré-vestibulares populares constroem estratégias coletivas e criativas baseadas na cooperação comunitária, além de cultivarem autonomia, resistência e esperança em seus territórios de atuação. Atualmente, o Programa Juventude Popular nas Universidades apoia dez cursos pré-vestibulares, de diferentes localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abrangendo a Zona Norte e a Zona Oeste da capital, assim como a Baixada e o Leste Fluminense.

Aqui você poderá conhecer um pouco mais sobre cada uma dessas experiências.

 **Região Metropolitana
do Rio de Janeiro**



 **Pré-vestibular para Negros e Carentes**
Nova Iguaçu

 **Ampara**
Queimados

 **Solano Trindade**
Duque de Caxias

 **Enraizados**
Nova Iguaçu

 **Santa Maria Madalena**
Duque de Caxias

 **Fala Akari**
Acari

 **Nós por Nós**
São Gonçalo

 **NEPAN**
Manguinhos

 **Gente Formando Gente**
Niterói

 **Santa Cruz Universitário**
Santa Cruz



A cultura como estratégia de mobilização e financiamento

Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós

 Desde 2016

 Atividades culturais

 Jardim Catarina, São Gonçalo



"Não tínhamos lápis, não tínhamos quadro, não tínhamos piloto, não tínhamos apagador, não tinha computador, não tinha projetor, a gente pedia tudo emprestado."

Nelson Luis Gonçalves, fundador e coordenador

Histórico e contexto

O Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós surgiu em 2016, a partir da mobilização de um grupo de jovens, em sua maioria ainda no ensino médio, que se uniram inicialmente para estudar nas aulas de reforço na Biblioteca Comunitária Visconde de Sabugosa. Após um ano de estudos no local, iniciaram uma mobilização para reformar a biblioteca. Ao longo desse processo, perceberam a ausência de um curso preparatório acessível para o ingresso dos jovens do território na universidade, já que os pré-vestibulares mais próximos, localizados em Alcântara, eram muito caros e inacessíveis para a maioria deles.

"A gente quer mostrar para nosso estudante que esse é um espaço aberto ao diálogo, ao desenvolvimento e de conhecer novas possibilidades — seja na educação, na cultura ou na religiosidade. Então a gente trabalha em diferentes eixos, apresentando para esse aluno um leque de possibilidades."

Marcyllene Maria da Silva, fundadora e coordenadora-geral

Estratégia

Diante do desafio da inacessibilidade dos pré-vestibulares disponíveis no território, decidiram construir o próprio curso popular. Reuniram amigos que já eram professores, contaram com o apoio da diretora-geral, Alba Maria Souza do Nascimento, e, mesmo sem recursos, começaram a execução do projeto. Sabendo dessa mobilização por cartazes e redes sociais, outras pessoas do bairro foram se aproximando e se somaram à causa.

Para arrecadar fundos, promoveram, na própria biblioteca reformada, saraus, festas do Dia das Crianças e mutirões de grafite com artistas independentes, entre outras iniciativas culturais que fortaleceram o senso comunitário e possibilitaram a compra dos primeiros materiais do projeto. Ao longo dos anos, o Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós aprovou diversos alunos que retornaram como voluntários do curso e se consolidou como um espaço de educação popular e resistência do Jardim Catarina, pautando, além da democratização do ensino superior, a ampliação de políticas públicas no território.

Construir juntos: parcerias que ampliam a atuação

Pré-Vestibular Gente Formando Gente



Desde 2021



Parceria institucional



Caramujo, Niterói



Histórico e contexto

O Pré-Vestibular Gente Formando Gente, nasceu em 2021, dentro de uma igreja católica na favela do Caramujo, em Niterói. Contudo, ao longo dos anos, o curso enfrentou grandes desafios para manter suas atividades nos espaços cedidos, seja na igreja onde começou, no CIEP ou em um espaço disponibilizado pela prefeitura da cidade. Em todos esses locais, dificuldades estruturais e administrativas dificultaram a permanência e inviabilizaram a continuidade das aulas. Diante desse cenário, a equipe considerou manter o formato online, mas rapidamente percebeu que ele não despertava o mesmo engajamento e o sentimento de pertencimento entre os alunos.

"E a gente nem tinha parceria com a Casa Fluminense ainda. Então a gente não tinha nada mesmo. Eu levava o café da minha casa."

Amanda Almeida, coordenadora do Gente Formando Gente

"Nós somos gente que formamos gente e eles também nos formam. E é nessa relação uns com os outros, que a gente constrói algo muito diferente. O Caramujo já não é o mesmo depois do Gente Formando Gente, nos tornamos referência para o território."

Amanda Almeida, coordenadora do Gente Formando Gente.

Estratégia

A partir desse desafio, a equipe iniciou um processo de mobilização e busca ativa por um novo espaço que garantisse condições adequadas para o funcionamento do pré-vestibular. Essa procura resultou na parceria com o Instituto Jelson da Costa Antunes (IJCA), que se tornou um importante aliado do projeto, oferecendo salas amplas, ambiente acolhedor e infraestrutura adequada.

Essa parceria tem um impacto significativo no território, contribuindo não apenas para a motivação dos estudantes, mas também para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e, consequentemente, da comunidade local.

Afetividade: vínculos construídos a partir da garantia alimentar

Pré-Vestibular Social Maria Madalena



Desde 2019



Alimentação de qualidade



Parada Angélica, Duque de Caxias

Histórico e contexto

Criado em 2019, o Pré-Vestibular Social Maria Madalena surgiu a partir de diálogos e reflexões dentro de um grupo de jovens da Pastoral da Juventude em Parada Angélica, Duque de Caxias. Esses jovens buscavam maneiras concretas de contribuir para a transformação da vida de pessoas da comunidade por meio da educação. Desde então, o pré-vestibular oferece suporte e orientação para estudantes que, muitas vezes, não teriam acesso ao vestibular de outra forma.

Ao longo desses seis anos, a evasão estudantil tem se mantido como um dos principais desafios do PVS Maria Madalena. Esse fenômeno resulta de múltiplos fatores. A equipe do curso identificou que a desistência ocorre com maior frequência entre meninas e mulheres, em razão da sobrecarga com o trabalho doméstico e o cuidado familiar, além de empregos com escalas aos sábados — dia em que acontecem as aulas.

Estratégia

Diante das múltiplas responsabilidades que os estudantes acumulam, o PVS Maria Madalena tem buscado ser um espaço de apoio e acolhimento. O curso tem investido na alimentação como uma importante aliada na criação de vínculos e afetos entre alunos, professores e voluntários. A proposta oferece café da manhã, almoço e lanche preparados em parceria com cozinheiras e nutricionistas voluntárias.

Garantir uma alimentação de qualidade em cada refeição transforma o ato de comer e de estar à mesa em um momento de comunhão e partilha — um espaço para trocar experiências, dividir angústias e celebrar conquistas. Assim, o alimento se torna também uma forma de cuidado, fortalecendo laços e construindo uma rede de amizade e pertencimento entre todos.



“O nosso número de alunos é inconstante porque muitos arrumam bicos ou trabalham em empregos com escala aos sábados. Às vezes, estudam e trabalham durante a semana e, no sábado, não conseguem acordar porque precisam descansar, o corpo pede descanso. Há também alunos que precisam cuidar dos irmãos, principalmente as meninas. Ouvimos muito delas: ‘Hoje não deu pra ir pra aula porque minha mãe pediu pra eu fazer faxina em casa’. Isso parece banal, mas acontece muito! Estamos falando de um território marcado por desigualdades sociais e de gênero: as meninas têm que cuidar dos irmãos e da casa, e os meninos precisam trabalhar.”

Kemily Gomes, coordenadora do Maria Madalena.

“A alimentação gera vínculo. Aos sábados, ao longo do dia, eles tomam café da manhã, almoçam e lancham juntos. Nesse momento das refeições, conversam, partilham angústias e histórias de vida. Essa convivência fortalece os laços entre eles e estimula a presença nas aulas. E não apenas entre os alunos, professores e voluntários também se sentam à mesa, compartilhando o mesmo espaço. Esse contato é fundamental para mitigar o impacto da evasão.”

Kemily Gomes, coordenadora do Maria Madalena.

Formando educadores: graduandos como agentes da educação popular

Pré-Vestibular Comunitário Solano Trindade



Desde 1996



Engajamento de universitários



Saracuruna, Duque de Caxias



"A gente começou a convidar alunos que estão na graduação. Como eles estão começando agora [a vida profissional], estão mais empolgados e empenhados com a educação, principalmente a popular."

Taiellen Pinto da Costa, coordenadora do Solano Trindade

Histórico e contexto

Ao longo dos seus 29 anos de atuação no território, a maioria na equipe de professores já foi aluno do pré-vestibular e retornou para atuar como voluntário, incluindo a própria coordenação do curso. Essa característica evidencia a potência do trabalho realizado pelo PVC Solano Trindade, mostrando como o pré-vestibular não apenas forma estudantes, mas também desenvolve o senso de pertencimento e de voluntariado.

Entretanto, mesmo com esse ciclo de pertencimento e solidariedade, o curso está enfrentando um problema recente que é a evasão de professores. Trata-se de um problema complexo, visto que a partir dessas saídas e/ou ausências no corpo docente, o ensino fica comprometido e acaba tendo que sofrer constantes adaptações, o que pode acabar trazendo descontinuidades ao trabalho pedagógico realizado. Essa problemática da evasão acaba acompanhando proporcionalmente a oferta de profissionais da educação de cada área de conhecimento.

"Está bem difícil encontrar profissionais da licenciatura em diferentes áreas, seja geografia, sociologia, filosofia, entre outras. Nós estamos sem professor de inglês, por exemplo, então estamos incentivando os alunos a optarem pelo espanhol, porque temos um professor que segue firmemente com a gente. E assim vamos tentando nos adaptar."

Taiellen Pinto da Costa, coordenadora do PVC Solano Trindade.

Estratégia

Para manter seus professores e atrair novos, a coordenação do Solano Trindade tem convidado alunos de graduação para atuarem como docentes, assegurando a continuidade do trabalho realizado. Esta estratégia foi pensada considerando que a maioria dos graduandos, por estarem em fase de formação acadêmica, podem se sentir mais motivados e engajados com a educação popular. Além disso, a experiência em sala de aula contribui para sua formação como futuros educadores e possibilita o cumprimento de horas complementares.

Ensino híbrido: um aliado para ampliar o acesso à educação

Pré-Vestibular Comunitário Ampara (Amigos do Paraíso)

 Desde 2015

 Ensino híbrido

 Paraíso, Queimados



"A evasão desestimula muito os professores. No ano passado tivemos períodos de baixas de professores e este ano também, isso é preocupante! [...] Mas às vezes acontecem coisas que estão fora do nosso controle. Quando há confrontos de grupos armados no território, por exemplo, precisamos suspender as aulas presenciais e manter somente as aulas online até as coisas voltarem à normalidade."

Adriana Sedano, professora e coordenadora do Ampara.

Histórico e contexto

O Ampara é uma organização que funciona desde o ano de 2015 com o projeto de pré-vestibular comunitário no bairro do Paraíso, no município de Queimados, e aposta na formação integral e ampla de cidadania dos alunos.

Ao longo desses anos de atuação, o curso enfrentou adversidades relacionadas à evasão de alunos, desafios logísticos e estruturais da sede do projeto, além dos impactos da violência urbana presente no território em que está inserido.

"Com as aulas híbridas conseguimos alcançar um número maior de alunos. Nos meses de julho e agosto, por exemplo, não foi possível realizar as aulas presenciais por conta da violência [no território]. Temos também o caso de duas alunas que estão conosco: elas moram longe da Ampara e, como as aulas são à noite, a locomoção seria ainda mais difícil, precisariam pegar dois ônibus para ir e dois para voltar. Então elas assistem às aulas online."

Adriana Sedano, professora e coordenadora do Ampara.

Estratégia

Desde 2020, o PVC Ampara realiza suas aulas em formato híbrido para enfrentar esses desafios. O curso comporta até 25 alunos na modalidade presencial, que é a capacidade máxima da sede, e oferece número ilimitado de vagas na modalidade online. Além das aulas síncronas, os estudantes podem acompanhá-las ou revê-las de forma assíncrona, já que todas ficam gravadas.

O ensino remoto pode ser um desafio para alguns alunos, já que nem todos têm acesso regular à internet. Ainda assim, tem se mostrado uma alternativa importante para que o curso alcance mais estudantes. Nesse sentido, a organização das aulas híbridas não apenas amplia o alcance para além da capacidade física da sede, como também possibilita maior acesso a alunos que enfrentam dificuldades relacionadas à mobilidade urbana, à violência no território ou a questões financeiras, que muitas vezes impedem a frequência presencial.

Cuidar, escutar e acreditar: caminhos para reconstruir a autoestima e projetar futuros

Pré-Vestibular Comunitário Enraizados



Desde 2017



Valorização dos saberes



Morro Agudo, Nova Iguaçu



Histórico e contexto

O PVC Enraizados surgiu em 2017, a partir da mobilização de jovens que participavam das atividades culturais do Instituto Enraizados, no Morro Agudo, em Nova Iguaçu. Eles reivindicaram a criação de um curso popular que dialogasse com suas realidades e superasse os modelos de ensino tradicionais, marcados por barreiras de acesso para pessoas negras, LGBTQIAPN+, de comunidades de matriz africana e povos de terreiros, mães solo e outros grupos periféricos.

A dificuldade dos jovens do Enraizados em se sentirem acolhidos pelos modelos tradicionais de educação reflete um afastamento entre a escola e a realidade dos territórios. Essa falta de identificação impacta diretamente a representatividade, a confiança e a autoestima dos estudantes, que muitas vezes não se percebem como sujeitos capazes de ocupar o ensino superior. Somam-se a isso os desafios financeiros, familiares e de violência que tornam ainda mais árdua a construção de uma autoconfiança necessária para seguir sonhando e acreditando no próprio potencial

“Acho que o [trabalho] principal é fazer com que eles acreditem em si mesmos. Muitos já não acreditam, porque são constantemente bombardeados com a ideia de que não há mais jeito, que é assim mesmo. Muitos chegam carregando essa sensação de derrota, sem perspectivas para o futuro.”

Samuel Azevedo, coordenador do Enraizados

“A gente utiliza nossa linguagem para mostrar que é possível. Trabalhamos com os alunos por meio de conversas, formações [extracurriculares], leitura, filmes e jogos educativos. A partir dessas experiências, vamos construindo um acompanhamento mais próximo e individual, procurando entender o potencial de cada um.”

Samuel Azevedo, coordenador do Enraizados.

Estratégia

Com o objetivo de estimular a autoestima dos estudantes, o Enraizados desenvolve um trabalho contínuo de valorização dos saberes por meio de rodas de conversa, formações, atividades culturais, aulas extras e jogos educativos. Essas ações são fruto de um exercício coletivo entre docentes e coordenação, que se dedicam a ouvir e compreender as demandas, os interesses e as subjetividades de cada aluno, construindo juntos um espaço de confiança, pertencimento e valorização das trajetórias individuais.

Conhecer para agir: a pesquisa sobre o perfil dos alunos e a criação do Festival Gospel

Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) – Vila Operária



Desde 1996



Festivais musicais



Vila Operária, Nova Iguaçu



“A gente pensa constantemente em formas de arrecadar fundos, porque a gente tem que pagar conta de luz, internet, passagem do professor e a manutenção do nosso espaço.”

Samuel Azevedo, coordenador do Enraizados.

Histórico e contexto

O PVNC Vila Operária é um dos núcleos do histórico movimento popular Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Há 29 anos, o núcleo mantém sua atuação no território de Vila Operária, em Nova Iguaçu, resistindo e se reinventando diante dos desafios do tempo. Nos últimos anos, o grupo percebeu a chegada de um novo perfil de estudantes: jovens do ensino fundamental em busca de preparação para processos seletivos de escolas técnicas e alunos interessados em concursos militares, que procuravam formações voltadas a essas áreas.

Para responder a essa nova demanda, o PVNC Vila Operária criou turmas de preparação pré-técnica e pré-militar. No entanto, a ampliação das atividades também trouxe novos desafios: o aumento dos custos e a dificuldade de sustentabilidade financeira fizeram o curso enfrentar sucessivas crises que colocam em risco a continuidade de seu funcionamento.

“Este ano nós fizemos um levantamento [...] e identificamos que tinha muitos [alunos] protestantes. E aí, pela primeira vez, foi feito um festival gospel que foi muito bem aceito pela comunidade, deu pra gente arrecadar uma grana pra tentar consertar a laje, que está vazando. E toda mão de obra é voluntária [...], os pais dos alunos se mobilizam e compram a ideia.”

Renato dos Santos Gomes, coordenador do PVNC Vila Operária.

Estratégia

Uma das formas encontradas pelo PVNC Vila Operária para enfrentar a insegurança financeira foi a realização de festivais de música, bailes e festas em seu próprio espaço, com o objetivo principal de arrecadar fundos para a manutenção do curso. No entanto, essas iniciativas foram além da sustentabilidade financeira: transformaram-se em importantes momentos de mobilização comunitária, convivência e lazer, reunindo alunos, familiares, professores, moradores locais e toda a equipe do PVNC. Os eventos são diversos, vão de festas juninas a bailes charmes.

Recentemente, o grupo realizou uma pesquisa com os alunos e identificou que a maioria deles era protestante. A partir desse diagnóstico surgiu a ideia de fazer o primeiro festival gospel do PVNC Vila Operária que gerou um grande envolvimento da comunidade.

A “Mostra de Profissões” como caminho para ampliar perspectivas e despertar sonhos

Santa Cruz Universitário



Desde 2017



Mostra de profissões



Santa Cruz, Rio de Janeiro



“A Mostra de Profissões amplia o olhar dos alunos e apresenta novas possibilidades. Muitas vezes, eles nem conhecem as carreiras que podem seguir. Por isso, temos o cuidado de convidar palestrantes que compartilham da mesma realidade que eles.”

Luara Miranda, coordenadora do Santa Cruz Universitário.

Histórico e contexto

O pré-vestibular surgiu da iniciativa de professores e de uma assistente social que perceberam a necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior para jovens de Santa Cruz. Com o possível fechamento do único pré comunitário da região, o Ser Cidadão, eles se mobilizaram: reuniram voluntários, organizaram espaços e convidaram estudantes. Em 2017, nasceu um novo pré-vestibular popular, que logo conquistou aprovações nos vestibulares da UERJ e PUC-Rio e no Enem, fruto do esforço coletivo e da determinação da comunidade.

Os alunos do Santa Cruz Universitário, assim como de muitos outros pré-vestibulares comunitários, enfrentam diversas barreiras sociais que dificultam o exercício de seu direito de sonhar e se projetar. Essas barreiras não apenas limitam o acesso a oportunidades e perspectivas diversas, mas também impedem que esses jovens projetem seu futuro e escolham o curso que desejam seguir no ensino superior.

“O maior desafio é fazer com que nossos alunos se enxerguem em lugares que por muito tempo pareceram impossíveis. Não por falta de vontade, muitos têm dificuldade de sonhar, mas por nunca terem visto alguém parecido com eles ocupando esses espaços.”

Luara Miranda, coordenadora do Santa Cruz Universitário.

Estratégia

Com o objetivo de ampliar os horizontes dos alunos, o Santa Cruz Universitário realiza uma Mostra de Profissões convidando ex-alunos de pré-vestibulares comunitários que concluíram seus cursos de graduação e se inseriram no mercado de trabalho ou na vida acadêmica a apresentarem suas trajetórias pessoais e profissionais. Essa estratégia amplia o acesso dos alunos a exemplos representativos que demonstram que há possibilidades de acesso, além de proporcionar e fortalecer a troca de experiências entre os alunos e ex-alunos que possuem realidades similares, inspirando-os a projetar seus próprios caminhos.

A importância da atenção psicossocial para a educação popular

Pré-Vestibular Popular Akari

 Desde 2022

 Atenção psicossocial

 Acari, Rio de Janeiro



“Na roda de conversa a gente consegue falar sobre várias questões de saúde mental. Elas são realizadas nos tempos vagos que surgem entre as aulas, geralmente uma vez por mês. Temos ainda a articulação com o CAPS do território.”

Gabrielle Vasconcellos, coordenadora do PVP Akari.

Histórico e contexto

O Pré-Vestibular Popular Akari surge em 2022 como um dos eixos de atuação do Coletivo Fala Akari, sendo coordenado por educadores populares do próprio território e bairros vizinhos. A iniciativa parte do princípio que a educação popular é uma chave fundamental de construção coletiva para a emancipação humana. Por isso, um de seus principais objetivos é impulsionar o acesso à universidade daqueles que têm o cotidiano marcado por violências históricas e estruturais.

Viver em um contexto marcado por desigualdades tem um impacto direto na saúde, inclusive na saúde mental. Jovens alunos e educadores do Pré-Vestibular Popular Akari enfrentam angústias, ansiedades e adoecimentos que atravessam suas vidas, interferindo nos estudos, no trabalho, na motivação e projetos de futuro, especialmente em um momento já complexo de transição e descobertas pessoais.

“Um dos grandes desafios do PVP Akari é a saúde mental, seja dos estudantes ou dos educadores. É algo bem latente na nossa prática, lidamos com diagnósticos de ansiedade, depressão e até mesmo com questões de autoestima dos nossos alunos.”

Gabrielle Vasconcellos, coordenadora do PVP Akari.

Estratégia

Partindo da compreensão de que educar é olhar o aluno em sua totalidade, o PVP Akari vem construindo uma abordagem integral que conecta educação, saúde, cultura e lazer. Com o apoio dos educadores e da equipe psicossocial do projeto, o curso realiza rodas de conversa que funcionam como espaços de escuta, acolhimento e cuidado coletivo. Essa rede de apoio se amplia com a parceria dos agentes territoriais do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da região, que contribuem para promover a saúde mental e o bem-estar dos jovens.

As rodas de conversa são iniciativas que buscam ampliar o acolhimento de forma integral. No entanto, ainda enfrentam a defasagem de voluntários para o apoio psicossocial, o que torna desafiadora a manutenção da regularidade dessa estratégia.

Nunca é tarde para sonhar: a educação popular unindo gerações

Núcleo Educacional Popular Antirracista (Nepan)



Desde 2019



Educação intergeracional



Manguinhos, Rio de Janeiro



Histórico e contexto

O Nepan tem na educação antirracista a base de sua atuação pela justiça racial e emancipação social, oferecendo um pré-vestibular e atividades extracurriculares para moradores de Manguinhos e Jacarezinho. O curso atende um público diverso, formado majoritariamente por trabalhadores e estudantes, o que torna desafiadora a garantia de permanência — especialmente nas aulas de sábado — devido à sobrecarga feminina do cuidado, à escala 6x1 e à dificuldade de conciliar emprego, escola, pré-vestibular e demais demandas cotidianas.

“A cada ano, o perfil dos nossos alunos muda bastante. Neste momento, temos uma turma majoritariamente feminina, com pessoas mais velhas, mas também há quem ainda esteja estudando. São estudantes que trabalham, estudam e ainda se dedicam ao pré-vestibular — é muita coisa para dar conta! Muitos trabalham aos sábados e não conseguem participar das atividades no fim de semana. Por isso, manter o interesse e o envolvimento da turma até o final do ano é um desafio enorme!”

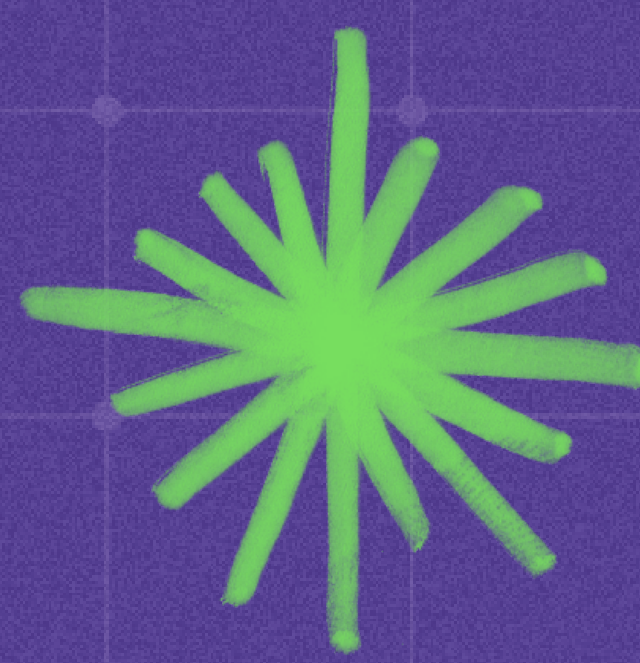
Etel Oliveira, coordenadora pedagógica-administrativa do Nepan.

“As estudantes mais maduras, em termos de idade, acabam influenciando positivamente as mais jovens a permanecerem no curso. Com o tempo, as estratégias vão se aprimorando — hoje, o acompanhamento é quase individual. A gente observa o perfil da turma e, a partir disso, adapta as ações: se o grupo é assim, então vamos trabalhar de forma alinhada. E é nesse movimento que, a cada ciclo, vamos criando propostas novas, ajustando o que for preciso para atender melhor cada estudante.”

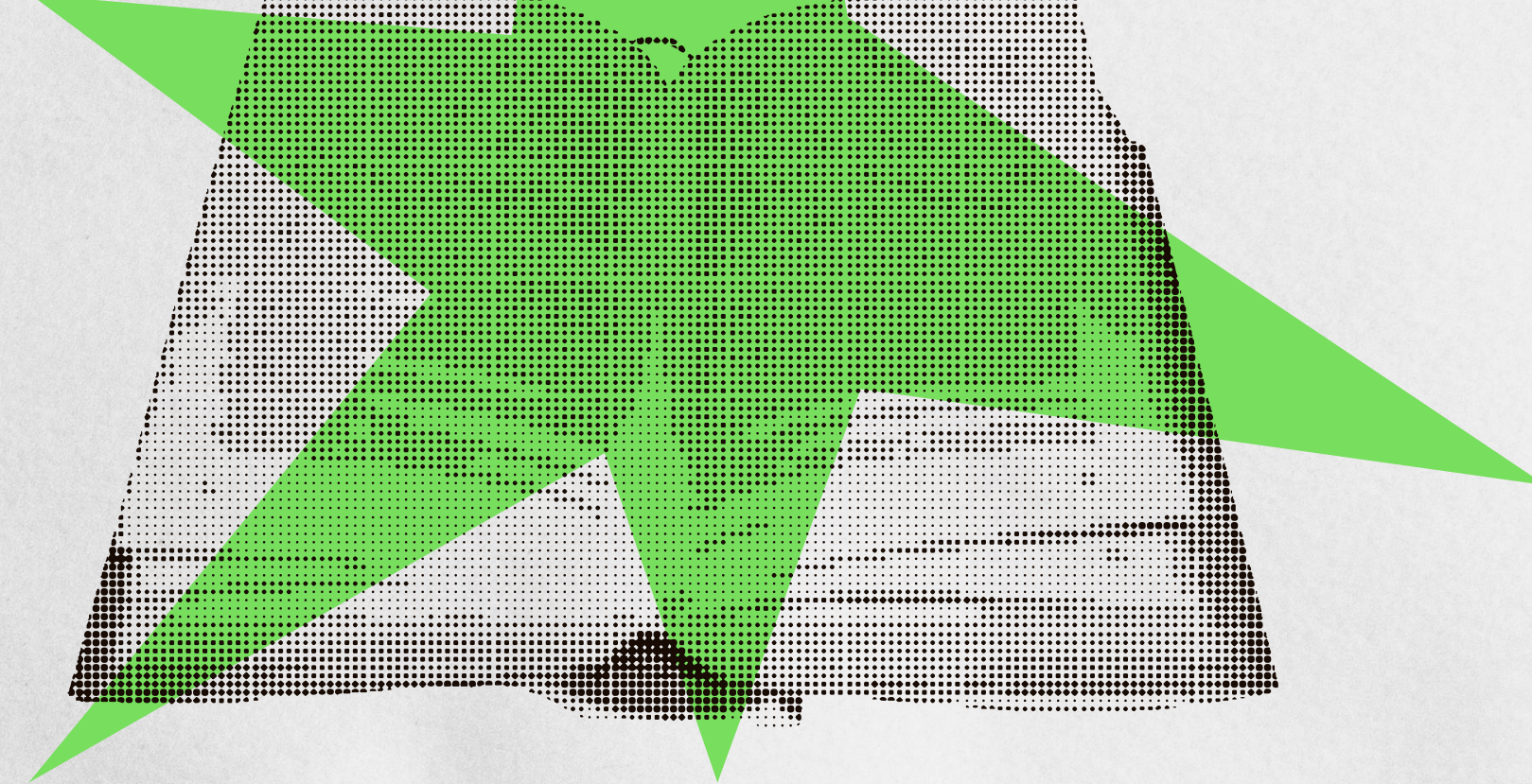
Etel Oliveira, coordenadora pedagógica-administrativa do Nepan.

Estratégia

O Nepan tem intensificado o acompanhamento personalizado dos estudantes para fortalecer sua permanência no pré-vestibular, criando pequenos grupos orientados por cada coordenador e permitindo atenção às trajetórias individuais. Com uma turma majoritariamente feminina, o projeto identificou que estudantes mais velhas poderiam apoiar e incentivar as mais jovens em momentos de convivência, como lanches coletivos, estratégia que tem reduzido a evasão e fortalecido o sentimento de pertencimento.



6 PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO COMO POLÍTICA PÚBLICA



Há mais de 30 anos, os pré-vestibulares populares estão na **linha de frente da luta pela democratização da educação**, questionando, propondo e criando estratégias para superar desafios impostos pela escassez de recursos, pela falta de reconhecimento institucional e pelas profundas desigualdades sociais. É por meio do seu fazer cotidiano que essas iniciativas denunciam as problemáticas educacionais e reivindicam as políticas públicas necessárias para transformá-las.

Ao longo das décadas, com diferentes estratégias e formatos, os pré-vestibulares populares **abrem caminhos para a efetivação do direito à educação para as populações historicamente vulnerabilizadas**. Por isso, podem e devem ser reconhecidos como ações afirmativas, pois produzem, de forma coletiva, a consolidação de direitos frente ao abandono sistemático do poder público.⁵

Nesse sentido, a Casa Fluminense inclui o **pré-vestibular gratuito como uma de suas propostas prioritárias na Agenda Rio 2030**. É urgente que o poder público reconheça e integre essas experiências como parte de uma política pública estruturada — com financiamento contínuo, suporte técnico e pedagógico — e as articule às demais políticas de acesso e permanência no ensino superior. Valorizar e fomentar os pré-vestibulares populares é essencial para que essas iniciativas sigam atuando em seus territórios, gerando oportunidades para profissionais da educação, fortalecendo equipamentos públicos e, sobretudo, colocando a **juventude popular nas universidades!**

5 NASCIMENTO, Alexandre do; IGNÁCIO, Jocelene; PINHEIRO, Fernando. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e a democratização do ensino superior. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 2, n. 3, jan.-jun., p. 189-205, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2548>. Acesso em: 16 out. 2025.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os coordenadores e coordenadoras que, com tanta generosidade, compartilharam suas experiências e conhecimentos. A contribuição de cada um foi essencial para a construção desta publicação e reflete o compromisso coletivo com a educação e a transformação social.

Adriana Sedano — Pré-Vestibular Comunitário Ampara

Amanda Almeida — Pré-Vestibular Gente Formando Gente

Etel Oliveira — Núcleo Educacional Popular e Antirracista (Nepan)

Gabrielle Vasconcellos — Pré-Vestibular Popular Akari

Kemily Gomes — Pré-Vestibular Social Maria Madalena

Luara Miranda — Santa Cruz Universitário

Marcyllene Maria da Silva — Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós

Nelson Luis Gonçalves — Pré-Vestibular Comunitário Nós por Nós

Renato dos Santos Gomes — PVNC Vila Operária

Samuel Azevedo — Pré-Vestibular Comunitário Enraizados

Taiellen Pinto da Costa — Pré-Vestibular Comunitário Solano Trindade

Ficha técnica

PUBLICAÇÃO

Associação Casa Fluminense

COORDENAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Paola Lima

Bruna Neres

Maria Clara Monteiro

SUPERVISÃO

Vitor Mihessen

Larissa Amorim

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Mariflor Rocha

PROJETO GRÁFICO

Gaby Pereira

EQUIPE CASA FLUMINENSE

Coordenação-Geral

Vitor Mihessen

Coordenação Executiva

Larissa Amorim

Coordenação de Operações

Taty Maria

Larissa Cunha

Leticia Marinho

Coordenação de Informação

Luize Sampaio

Lorrayne Honorato

Coordenação de Mobilização

Paola Lima

Bruna Neres

Maria Clara Monteiro

Coordenação de Comunicação

Taynara Cabral

Carín Nuru

Lucas Linhares

